

## O OUTRO LADO DO LEITE CLANDESTINO

*Sebastião Teixeira Gomes<sup>1</sup>*

O objetivo deste artigo é discutir algumas questões apontadas por Elizabeth M. M. Q. Farina, Marcos Sawaya Jank, André Meloni Nassar e Fátima A. Ferreira Ribeiro, em artigo publicado pelo site Milkpoint, em 06 de dezembro de 2000, e pela revista Balde Branco, número 434, de dezembro de 2000. O artigo da Professora Elizabeth et al. tem como título “leite clandestino: um problema real!”.

As questões apontadas pela Professora Elizabeth dizem respeito ao artigo escrito por mim, com o título “Leite sem inspeção – novos números e a voz do consumidor”, que foi publicado na revista Balde Branco, número 429, de julho de 2000.

No artigo que escrevi, começo afirmando que “há um verdadeiro enigma no mercado de leite do Brasil. Se o leite vendido, sem inspeção, corresponde a 40 – 50% da produção total, como muitos acreditam, por que a indústria laticinista não sai correndo atrás dele? Isto deveria acontecer porque, em muitos casos, as usinas trabalham com capacidade ociosa. Isso não acontece porque tal volume de leite sem inspeção não existe”.

Utilizando outra metodologia de cálculo, estimei a participação do leite de mercado informal, em relação à produção total, em 18%. Acrescentando os dados da Associação Brasileira dos Produtores de Leite – Leite Brasil, sobre o leite processado pelas miniusinas, outra estimativa foi realizada, chegando a 15%. Esses cálculos referem-se ao ano de 1995/96, época do último censo agropecuário.

Mais à frente, chamo a atenção e esclareço que, embora o mercado informal seja menor do que tem sido divulgado, **“o combate sistemático a esse mercado não deve ser desconsiderado”**.

No artigo da Professora Elizabeth et al., as estimativas do mercado informal, em relação à produção total, eram de 29%, em 1997; 29%, em 1998; e 28%, em 1999.

Em 1999, foi publicado um livro intitulado “O Agribusiness do Leite no Brasil”, dos autores Marcos Sawaya Jank, Elizabeth M. M. Q. Farina e Valter Bertini Galan. Na página 52, deste livro, há a Tabela 3 – Mercado Brasileiro de Leite e Derivados. Segundo esses autores, em 1997, o mercado informal correspondia a 8.850 milhões de litros equivalentes a leite fluido, e a produção total era de 19.048 milhões de litros. Assim, o mercado informal de leite, em 1997, correspondia a 46,5% da produção total. Em 1998, os números citados pelos autores são os seguintes: 8.742 milhões de litros no mercado informal e a produção total era de 20.087 milhões, com o mercado informal correspondendo a 43,5% da produção total.

A partir dos números apresentados até agora, pode-se concluir que:

- 1) A diferença entre a estimativa de Jank, Farina e Galan (46,5% em 1997) e a de Farina, Jank, Nassar e Ribeiro (29% em 1997) é de 17,5% (46,5% menos 29%);
- 2) A diferença entre a estimativa que fiz para 1995/96 (18%) e a de Farina, Jank, Nassar e Ribeiro (29% em 1997) é de 11% (29% menos 18%);
- 3) A mesma Tabela 3 do livro de Jank, Farina e Galan, apresenta a variação (%) de 96 – 98/90 – 92 foi de 29% para produção total e de 52% para o mercado informal. Isto significa que o mercado informal cresceu, relativamente, muito mais que a produção total. Assim, é de esperar que a estimativa do mercado informal, de 29% em 1997, feita por FARINA et al., quando retrocedida para 1995/96, fosse muito

---

<sup>1</sup>Professor Titular da Universidade Federal de Viçosa.  
Escrito em 14-12-2000.

menor. Vale repetir que a minha estimativa se refere ao ano de 1995/96, e a de FARINA et al., ao de 1997. Portanto, a estimativa que fiz de 18%, para 1995/96 não deve estar tão distante da realidade, como está sendo questionado.

É interessante observar que a diferença de 17,5%, entre a estimativa de Jank, Farina e Galan e a de FARINA et al., é, suavemente, chamada, pela Professora Elizabeth, de “equivoco”, enquanto a diferença de 11%, entre a minha estimativa (para 1995/96) e a de FARINA (para 1997), é chamada, pela Professora Elizabeth, de “cometer erros fundamentais que comprometem as boas intenções das estimativas”.

Acredito que isto faz parte da própria personalidade do ser humano, que reduz a própria culpa e exalta a dos outros.

Mas, afinal, o leitor pode estar perguntando se os números apresentados estão corretos, por que tanta veemência nas críticas de FARINA et al. em relação as minhas estimativas? O que está por trás disto? Qual é o outro lado do leite clandestino? As respostas a essas perguntas dizem respeito à postura profissional da Professora Elizabeth em relação às importações de leite e derivados, feitas pelo Brasil, com preços artificialmente reduzidos, mediante prática de *dumping* e de subsídios feitos pelos países exportadores. Tal postura está claramente materializada em seus últimos artigos que foram publicados e nos relatórios de consultorias elaborados pela Professora Elizabeth, que, inclusive, dá assessoria a uma grande empresa estrangeira que exporta leite para o Brasil, assumindo posições que contrariam os interesses do produtor nacional. Na opinião dela, as importações, leais ou desleais são irrelevantes não prejudicando a cadeia de leite, e especialmente os produtores brasileiros. Todavia, o próprio governo brasileiro, pela circular número 49, de 08/12/2000, da Secretaria de Comércio Exterior, conclui que as exportações de leite em pó, originárias da Argentina, da Nova Zelândia, da União Européia e do Uruguai, foram realizadas com prática de preço de *dumping* e causaram dano à indústria doméstica. Tal conclusão foi baseada em documentos fornecidos pela CNA e pelos exportadores.

A Professora Farina procura desviar a atenção das importações de leite, exaltando questões domésticas que, segundo ela, são as únicas causas da atual situação da pecuária nacional.

De Norte a Sul, de Leste a Oeste do Brasil, há, praticamente, unanimidade quanto aos danos causados pelas importações de leite, com preços artificialmente reduzidos. As exceções ficam para quem se beneficia, financeiramente, das importações, com preços artificialmente reduzidos. Com certeza, esse não é o caso da Professora Elizabeth, que tem em seu curriculum vários trabalhos prestados à classe produtora de leite do país.

Finalmente, uma informação que poucos conhecem. Tenho hábito de, antes de enviar para publicação os meus artigos, encaminhá-los a colegas na busca de sugestões que possam melhorá-los. Esta é uma prática comum entre professores e pesquisadores. O artigo que escrevi para a revista Balde Branco, em julho de 2000, antes de ser publicado, foi enviado à Professora Elizabeth, na esperança de receber dela alguma crítica ou sugestão. Até ontem, não recebi, particularmente, nenhum comentário. Aliás, recebi, sim, críticas que foram publicamente divulgadas pelo site Milkpoint e pela revista Balde Branco. Por isto, o presente artigo não está sendo enviado, particularmente, a ela. É como dizia o Juca Mineiro, conhecido produtor de leite dos grotões de Minas Gerais: “o pau que bate em Chico, também bate em Francisco”.